



ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2022

(Processo nº00200.009608/2022-67)

Às dezoito horas do dia dezoito do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio para apreciar recurso da licitante **FINO SABOR IND. COMERCIO LTDA** contra decisão da Pregoeira que habilitou a empresa **FRANCHINI COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA** no Pregão Eletrônico nº 073/2022. Antes de adentrar nos fatos, esclarece-se que, conforme reportado pela empresa **FINO SABOR IND. COMERCIO LTDA**, por meio de correspondências eletrônicas, o sistema compras.gov.br não permitiu o *upload* das razões, apesar de a intenção de recurso ter sido aceita pela pregoeira, e, o envio de razões por *e-mail* para a Comissão de Permanente de Licitação do Senado Federal ter sido tempestivo quando apontado o problema no *site*. A empresa efetuou diversas tentativas e, também, abriu chamado junto ao gestor do sistema, sem sucesso. Dessa forma, o recurso foi conhecido e será analisado a seguir. Em suas razões recursais, a Recorrente, em síntese, alega que **1) “conforme laudos encaminhados, o café cotado de marca MADE IN BRAZILSUPERIOR não tem em sua composição 100% de café arábica apesar de constar escrito em sua embalagem. Vejamos o laudo de Nº 838350-MPH – do laboratório CERELAB, Marca: MADE IN BRAZILSUPERIOR Lote 7807 Dt. Fabricação 24/01/2022 Dt. Validade 24/07/2023, consta neste a: ‘PRESENÇA SOMENTE DE ELEMENTOS HISTOLÓGICOS DE Coffea sp’, como pode se verificar não cita em sua composição a presença de 100% de café arábica, OU SEJA COFFEA ARÁBICA, como exigido na composição do produto café especificado no Anexo 2. (...) Todos os elementos histológicos se referem às espécies vegetais Coffea arabica e Coffea canephora (conilon), não sendo visualizado nenhum elemento histológico estranho ao produto, no edital exige que o café cotado seja de Espécie: café 100% arábica, não aceitando café conilon e muito menos porcentagem igual de arábica e conilon no produto”. Grifou-se. 2) (...) “Outro fator relevante é que a amostra apresentada não se refere a nenhum dos laudos encaminhados, consta em sua embalagem lote 7807, mesmo lote apresentado nos laudos, porém sua Data de Fabricação: 28/07/2022 – Data de Validade: 28/01/2024 diferente das dos laudos apresentados - CERELAB, Marca: MADE IN BRAZILSUPERIOR Lote 7807 Dt. Fabricação 24/01/2022 Dt. Validade 24/07/2023 - NUGAP CERTIFICADO DE ANÁLISE 27281/22, Marca: MADE IN BRAZILSUPERIOR Lote 7807, Data de Fabricação: 17/03/2022 – Data de Validade: 17/09/2023. (...) a amostra apresentada não se refere a nenhum dos laudos encaminhados, foram analisados pelo laboratório as amostras com Dt. Fabricação 24/01/2022 Dt. Validade 24/07/2023 e Fabricação: 17/03/2022 – Data de Validade: 17/09/2023, não tendo como se averiguar se a amostra apresentada está em acordo com o exigido em edital”. 3) “A empresa MFPARIS vem participando dos pregões, abaixando seu preço, diminuindo a possibilidade de concorrência entre as participantes, muitas destas ficaram fora da convocação, no entanto quando é solicitado que esta**



ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2022

(Processo nº00200.009608/2022-67)

encaminhe a documentação exigida a empresa MFPARIS não encaminha. Isso vem ocorrendo em todos os pregões com as empresas do GRUPO MFPARIS, participam dos pregões e por estar impedida de participar, não encaminha a documentação exigida. No item 2.3, do edital, especifica: (...) 2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas que, por qualquer motivo: 2.3.1 – tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital; O ocorrido vem alertando as demais participantes que estão entrando com recurso, principalmente pelo fato da empresa MFPARIS estar apenada e conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça é pacificado a decisões que a penalidade administrativa de suspensão do direito de licitar (aplicada pelo art. 87, inciso III da Lei 8.666/93), não pode ficar adstrita ao ente que aplicou a sanção exarado no MS 19.657/DF. (...) É fundamental a atenção dessas condutas nos certames licitatórios com vistas a abertura de processo administrativo para averiguação de possível prática de conluio por meio dos licitantes, sob pena de prevaricação”. A empresa FRANCHINI COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA apresentou suas contrarrazões, e, em síntese, contestou a afirmação Recorrente e informou: 4) “(...) nossa empresa está no mercado a mais de 35 anos e trabalhamos somente com café 100% arábica. Nossas embalagens possuem a denominação 100% arábica porque é a realidade da nossa empresa. O que foi anunciado na proposta e a realidade de nossa empresa, enviamos amostras como solicitado no edital 100% arábica e teve a aprovação dos setores de destino, na dúvida dos portes pode ser feito a análise da amostra para a comprovar a nossa afirmação! Trabalhamos com o selo São Paulo que atesta a nosso compromisso com a nossa qualidade! Já fornecemos café para A COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ-DF PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2022. no total de 7884 pacotes de superior café 100% arábica não tendo contestação a qualidade enviada, todos os nossos clientes recebem o café 100% arábica”. Tendo em vista que o conteúdo das razões se refere a tema essencialmente técnico, a Secretaria de Patrimônio (SPATR) foi instada a se manifestar. Com relação ao ponto 1), a SPATR informou: “o objeto do laudo da Cerelab Nº 838350 não é para testar se o café é composto de grãos 100% da espécie Coffea arabica, e sim para saber se é 100% café, sem a presença de, por exemplo, milho, soja e cevada – grãos utilizados quando se quer adulterar o produto. Tanto que o resultado, em tradução livre, é ‘a amostra analisada é feita apenas de café’, sem especificar a espécie (sp é abreviação de ‘espécies’ para quando não é necessário especificar qual). Em resumo, a espécie não é especificada porque não é o objeto do teste saber qual espécie, e sim para saber se há só café. Portanto, é uma extrapolação errônea da FINO SABOR concluir daí que o café não é 100% da espécie arábica: tudo que se pode aferir do resultado é que o produto é composto 100% de café, mas



ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2022

(Processo nº00200.009608/2022-67)

não o tipo de espécie. Esse tipo de manipulação causa estranheza porque o laudo do café Fino Sabor (disponível no link <https://www6g.senado.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/52782/detalhamento/50945>) *também atesta que o café Fino Sabor é composto apenas de Coffea sp. Em resumo, nenhum dos dois laudos provam que os cafés não sejam Coffea arabica. Por outro lado, nenhum laudo comprova que sejam 100% Coffea arabica porque o Edital não exige essa comprovação por meio de laudos (ver 10.1.4).* No entanto, vale lembrar que, na fase de execução, segundo o item 24.5, o Senado enviará a um laboratório amostras do produto efetivamente entregue, para atestar sua conformidade perante exigências do Edital”. Grifou-se. No que tange ao argumento disposto no item 2), a SPATR esclareceu: “*Laudos do Nugap não possuem valor documental para este pregão [uma vez que não atendem ao requisito exigido no item 10.1.5 do edital do certame], portanto os seus resultados não são considerados na análise de aceitabilidade da proposta. Caso fossem utilizados, a licitante prejudicada tem o direito e a razão de interpor recurso contra essa decisão*”. Ainda em complementação à argumentação acerca do ponto 2), a SPATR informou: “*O Edital, deliberadamente, em nenhum momento exige que a amostra a ser enviada (capítulo XI) tem que ser fisicamente a mesma que foi testada nos laboratórios especializados. Dessa forma, é irrelevante se a data de fabricação do café da amostra divirja da data de fabricação do café analisado nos laboratórios. Considerando que o café dos laudos fora fabricado 6 meses atrás, seria desaconselhado enviá-lo como amostra esse mesmo produto, dado que, se fosse necessário submeter a amostra a mais testes laboratoriais (item 11.1.3 do Edital), os resultados seriam distorcidos, principalmente nos testes sensoriais, dado que a oxidação natural ocorrida por todo esse tempo afetaria as características do produto. Quanto à escolha da fabricante de como numerar seus lotes, não cabe ao Senado julgar os processos internos da empresa e muito menos rejeitar propostas com base em critério não previsto no Edital. Assim, tampouco procede o ponto levantado pela recorrente*”. Com relação ao ponto 2), cumpre reforçar o entendimento do Senado Federal no sentido de que o laudo 27193/22 emitido pelo Núcleo Global de Análise e Pesquisa – NUGAP – foi **desconsiderado**, uma vez que não atende os requisitos editalícios, especificamente o constante do item 10.1.5. Note-se que 2 (duas) propostas anteriores à vencedora foram recusadas pela pregoeira por mal motivo, uma vez que “*de acordo com o parecer técnico emitido pela SPATR, e transcrito no chat, o laboratório dos laudos apresentados pela empresa não atende aos requisitos constantes do item 10.1.5 do edital do certame*”. Some-se a isto a explanação da SPATR acerca do propósito de um laudo de “microscopia/histologia”: “*o objeto do laudo (...) não é para testar se o café é composto de grãos 100% da espécie Coffea arabica, e sim para saber se é 100% café, sem a presença de, por exemplo, milho, soja e cevada – grãos utilizados quando se quer adulterar o*



ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2022

(Processo nº00200.009608/2022-67)

produto”. No que tange ao alegado no ponto 3), embora não mereça conhecimento, uma vez que o fato indicado não atende ao requisito de admissibilidade de motivação, visto que não foi informado, tampouco feito o juízo de admissibilidade pela pregoeira, quando da manifestação de intenção de recurso, cabe esclarecer os fatos. Conforme ressaltado na ata de realização do certame, especificamente a partir de 9:32:46 do dia 27/07/2022, antes mesmo de iniciada a fase de lances, a pregoeira manifestou o seu entendimento acerca do disposto nos itens 2.3.2 e 12.9.2 do edital. Foi assim consignado: “(...) *compet* a este Pregoeiro informar, desde já, que seu entendimento acerca da extensão dos efeitos da sanção de “suspensão temporária” estabelecida no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 alinha-se ao disposto no §1º do art. 34 da IN nº 003/2018 e à jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 2.914/2018-P, nº 1.003/2015-P e nº 504/2015-P). Dessa forma, em atenção aos deveres de transparência e motivação, antes mesmo da abertura da fase de lances, **este Pregoeiro manifesta seu entendimento de que os efeitos das sanções de ‘suspensão temporária’, aplicadas com fundamento no art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, restringem-se apenas ao âmbito do órgão ou entidade sancionador. Portanto, somente será inviável a participação de empresas com base no item 2.3.2 do edital e/ou somente será realizado o procedimento de que trata o item 12.9.2 do ato convocatório se a sanção de ‘suspensão temporária’, com fundamento no art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, tiver sido aplicada pelo próprio Senado Federal**”. Note-se, da análise do Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar emitido pelo SICAF, que o “*âmbito da Sanção*” consignado naquele documento indica “*Órgão Sancionador*”. Uma vez que o “*Órgão Sancionador*” foi a PROCURADORIA DA REPUBLICA – MG, não há que se falar em impedimento de licitar junto ao Senado Federal. Diante disso, esclareço que não será aplicada penalidade à empresa **MFPARIS INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA** pelo motivo alegado pela Recorrente. Portanto, com fundamento na manifestação técnica expedida pela Secretaria de Patrimônio (SPATR), **MANTÊM-SE os fundamentos da decisão da Pregoeira que habilitou a empresa FRANCHINI COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA no Pregão Eletrônico nº 073/2022**. Nada mais havendo a tratar, eu, Paula Parente Cantuária Ramos, lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes.